



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Medida Provisória nº 759/2016
07/02/2017	

Autor Valmir Assunção (PT-BA)	Nº do Prontuário
----------------------------------	---------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> <u>x</u> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
----------------------------------------	------------------------------------------	--------------------------------------------------------------	-------------------------------------	-------------------------------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O Art. 18 da Lei nº 8.628, de 1993, modificado pelo Art. 2º da Medida Provisória nº 759, de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18.

§1º Os títulos de domínio e a CDRU são inegociáveis pelo prazo de dez anos, contado da data da outorga ao beneficiário do programa de reforma agrária nos termos do §3º deste Artigo.”

JUSTIFICAÇÃO

A medida do governo pretende computar o tempo em que o beneficiário da RA já se encontra no lote apenas com o Contrato de Concessão de Uso (CCU) ao tempo da inegociabilidade do TD ou da CDRU pelos 10 anos exigidos. Está claro que o governo encurtou o prazo para acelerar a possibilidade de transferência para o mercado das terras da reforma agrária.

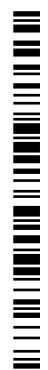
Ora, na atualidade esse prazo passa a contar da outorga do TD ou da CCU o que, por sua vez, conforme fixado no §3º, da Lei, se dá após a realização dos serviços de medição e demarcação topográfica do imóvel. Então, além de não se justificar a alegação da demora exorbitante para o início da contagem dos 10 anos posto que só depende dos serviços topográficos, a regra atual permite o tempo necessários para o assentado garantir a exploração econômica sustentável do seu lote, o que já é um grande desafio em razão da precariedade do fomento produtivo oferecidos a esses trabalhadores.

Neste ano, por exemplo, o governo apresentou 'empenho zero' dos quase 1 bilhão aprovados na Lei Orçamentária para o crédito instalação. O propósito do programa de reforma agrária é o de distribuir terras para que trabalhadores sem terra ou com pouca terra consigam se consolidar economicamente como uma unidade de produção familiar. E não para transformá-lo em mascate de lotes. Portanto, a abreviação pretendida pelo governo contraria os propósitos do programa de reforma agrária; desconsidera as condições de extrema adversidade para a consolidação econômica dos beneficiários do programa, e só atende o mercado de terras.

CD/17960.56097-03

PARLAMENTAR

Deputado Valmir Assunção (PT-BA)



CD/17960.56097-03